



TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Processo Administrativo: 0000526.06.18-2026

Órgão: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO

Secretaria: Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

Objeto: Aquisição de ferragens para reforma de pontes e pontilhões de madeira

1. INTRODUÇÃO – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 A contratação realizadas por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** enquadram-se, como dispensa de licitação, POR CONTA DO VALOR, nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, Decreto nº 12.343 de 2024.

1.2 A contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO encontra amparo no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ **50.000,00 (cinquenta mil reais)**, no caso de outros serviços e compras – Valor Atualizado pelo **Decreto nº 12.343/2025** para o valor de R\$ **62.725,59 (Sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)**;

1.3 Assim, a administração pública optou pela modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO, conforme os princípios da publicidade, eficiência e isonomia.

1.4 O valor estimado foi apurado com base em pesquisa de preços de mercado de forma local e outros, considerando, estando dentro do limite legal para dispensa.

1.5 A adoção da DISPENSA DE LICITAÇÃO para promove maior competitividade e transparência, além de ser mais célere e eficaz, ampliando o alcance de fornecedores interessados, especialmente os de pequeno porte, como preconiza a Lei nº 14.133/2021.

1.6 Considerando a natureza e o valor da contratação, o atendimento aos requisitos legais, a vantajosidade da proposta, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da economicidade, publicidade e eficiência, justifica-se a instauração de processo de contratação direta por dispensa de licitação na forma eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.7 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1.8 Nos termos do art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e orientações dos órgãos de controle, recomenda-se que a dispensa seja realizada preferencialmente de **FORMA ELETRÔNICA**, mediante sistema oficial ou plataforma pública, assegurando:

- a) Transparência do procedimento;
- b) Ampliação da competitividade;
- c) Obtenção da proposta mais vantajosa;
- d) Publicidade e controle social.

Avenida Ulisses Guimarães – S/nº – Bairro União – Candeias do Jamari – Estado de Rondônia
CEP: 76.860-000 – E-mail: semb@candeiasdojamari.ro.gov.br





1.9. Modalidade e critério de julgamento

1.10 Modalidade que será adotada: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, conforme art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado inferior ao limite legal.

2. OBJETO:

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de empresa especializada para fornecimento de material de consumo (PEÇAS E FERRAGENS) visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB para realização de recuperação e reformas de pontes e pontilhões de madeira na estradas vicinais na zona rural do Município de Candeias do Jamari-RO.

Item	Objeto	Quant.	Unid.
01	Barra roscada de $\frac{3}{4}$ " – Diâmetro: 1,91cm – comprimento de 1,00m – em aço carbono.	300	Und.
02	Porca Sextavada $\frac{3}{4}$ " 10 fios – Diâmetro: 19mm – em aço carbono	1.200	Und.
03	Arruela lisa bitola $\frac{3}{4}$ " – Diâmetro Externo 1.11/16 – em aço carbono	1.200	Und.
04	Prego com cabeça cônica e axadrezada de 19x36 – copo liso – em aço – Comprimento: 8,3cm x D. nominal: 3,9mm – Pacote de 1Kg.	200	Pct,
05	Prego com cabeça cônica e axadrezada de 25x72 – copo liso – em aço – Comprimento: 17,1cm x D. nominal: 1,7cm – Pacote de 1Kg.	800	Pct,

3. ESTIMATIVA DE VALOR

Valor estimado aproximado e de: **R\$ 53.514,00 (Cinquenta e três mil quinhentos e quatorze reais)**, conforme pesquisa no Sistema Banco de Preços.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1 A Secretaria Municipal de Obras identificou a necessidade de aquisição de ferragens destinadas à reforma e manutenção de pontes e pontilhões de madeira da zona rural do município.

4.2 A falta de manutenção compromete a segurança e a trafegabilidade, podendo causar acidentes e isolamento de comunidades rurais.

4.3 A Secretaria Municipal de Obras – SEMOB identificou, por meio de inspeções técnicas de campo e registros de manutenção, a necessidade de aquisição de ferragens e materiais metálicos destinados à reforma estrutural de pontes e pontilhões de madeira integrantes da malha viária rural do Município de Candeias do Jamari – RO, notadamente nas estruturas localizadas na Linha Urupá (Rio Preto), Linha 659 (Rio Novo) e Linha LP-21 (Rio Miriti), conforme levantamento preliminar constante do Documento Oficial de Demanda.

4.4 As referidas estruturas apresentam desgaste progressivo decorrente de fatores ambientais e operacionais, tais como:

- exposição contínua à umidade, chuvas intensas e variações térmicas;
- apodrecimento e deformação de peças de madeira;
- vibração e impacto gerados pelo tráfego de veículos de carga e máquinas agrícolas;





- d) aumento do fluxo de veículos relacionados ao transporte escolar e escoamento da produção rural.

4.5 A deterioração das ligações metálicas (pregos, porcas, arruelas e barras roscadas) compromete a estabilidade das vigas, longarinas e pranchões, reduzindo a capacidade estrutural das pontes e elevando o risco de falhas parciais ou colapso localizado.

4.5.1 Impactos Sociais e Econômicos da Não Intervenção: A ausência de manutenção adequada pode gerar:

- a) interrupção do transporte escolar, prejudicando o acesso de estudantes da zona rural às unidades de ensino;
- b) isolamento de comunidades rurais e dificuldade de acesso a serviços de saúde, assistência social e segurança pública;
- c) prejuízo ao escoamento da produção agrícola e pecuária, impactando diretamente a economia local;
- d) aumento do custo logístico para produtores e comerciantes;
- e) risco de acidentes com danos materiais e pessoais.

4.5.2 Benefícios Diretos às Comunidades Rurais: A aquisição das ferragens permitirá a execução imediata de manutenção preventiva e corretiva, proporcionando:

- a) **Segurança viária:** reforço estrutural das pontes, reduzindo risco de colapso e acidentes.
- b) **Continuidade do transporte escolar:** garantia de deslocamento seguro de alunos e servidores da educação.
- c) **Acesso aos serviços públicos:** manutenção do tráfego para ambulâncias, transporte social e atendimento emergencial.
- d) **Fortalecimento da economia rural:** garantia do escoamento da produção agrícola e pecuária.
- e) **Integração social:** preservação da mobilidade das comunidades rurais.
- f) **Redução de custos futuros:** manutenção preventiva evita reconstruções emergenciais de alto custo.

4.5.3 Segurança no Tráfego e Transporte de Alunos: A intervenção nas estruturas garante:

- a) estabilidade das passagens para ônibus escolares e veículos leves;
- b) redução de vibração excessiva e deslocamento de tábuas;
- c) eliminação de folgas estruturais;
- d) conformidade com condições mínimas de segurança viária rural.

4.6 Tal medida é essencial para proteção da integridade física de estudantes, motoristas e usuários das vias públicas.

4.7 Diante da relevância social, econômica e de segurança pública das pontes rurais, a aquisição de ferragens mostra-se medida indispensável para garantir a trafegabilidade segura das estradas vicinais, assegurar o transporte escolar e manter o funcionamento regular das atividades produtivas e sociais do Município de Candeias do Jamari.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os materiais a serem fornecidos deverão atender todas as especificações, serem materiais de primeira qualidade, estarem de acordo com a legislação vigente e atender todas as normas técnicas.





5.2 A empresa deverá comprovar capacidade jurídica, técnica e operacional para fornecimento do objeto licitado, conforme Lei nº 14.133/2021.

a) Habilitação Jurídica:

- RG e CPF do representante legal ou qualquer outro documento equivalente;
- Contrato Social atualizado ou qualquer outro documento equivalente;
- Registro na Junta Comercial – SINTEGRA;
- Cartão do CNPJ ativo;

b) Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- Certidão Negativa de Débitos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão FGTS;
- Certidão INSS;
- Certidão Trabalhista (CNDT).

c) Qualificação Econômico-Financeira

- Ausência de falência ou recuperação judicial ou qualquer outro documento equivalente.

d) Qualificação Técnica

- A empresa deverá comprovar experiência no fornecimento de materiais similares, mediante: atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado; ou comprovação de fornecimento de ferragens ou materiais equivalente e compatíveis com o objeto, com apresentação de notas fiscais;

5.3 O Critério de Julgamento será adotado **MENOR PREÇO POR LOTE**, observando qualidade mínima exigida, conforme art. 33 da Lei 14.133/2021.

5.4 Os requisitos estabelecidos visam assegurar que a empresa contratada possua idoneidade jurídica, regularidade fiscal, capacidade técnica e operacional para fornecer materiais adequados à reforma das pontes e pontilhões, garantindo segurança estrutural, continuidade do transporte escolar e manutenção da trafegabilidade rural.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 Para estimativa do valor da contratação, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentações correlatas, utilizando como fonte principal o **Sistema Banco de Preços**, ferramenta oficial amplamente utilizada pela Administração Pública para consulta de contratações similares realizadas por órgãos públicos em âmbito nacional.

6.2 A pesquisa evidenciou ampla disponibilidade dos materiais no mercado nacional, com diversos fornecedores aptos ao fornecimento, garantindo competitividade e viabilidade da contratação por meio de procedimento licitatório, preferencialmente na **Modalidade ELETRÔNICA**.

Cotação de Preço – Pesquisa de Mercado: ID 05º - 2.2F3.2B5

Quadro de Pesquisa de Preços: ID 06º - 2.2F3.409

Item	Objeto	Quant.	Unid.	Valor Médio Unit.	Sub-Total
------	--------	--------	-------	----------------------	-----------





01	Barra roscada de ¾"	300	Und.	55,6	16.680,00
02	Porca Sextavada ¾"	1.200	Und.	1,31	1.572,00
03	Arruela lisa bitola ¾"	1.200	Und.	0,34	408,00
04	Prego com cabeça de 19x36	200	Pct,	26,07	5.214,00
05	Prego com cabeça de 25x72.	800	Pct,	37,05	29.640,00
Total Geral					53.514,00

Valor Total Estimado: **R\$ 53.514,00 (Cinquenta e três mil quinhentos e quatorze reais)**

7. LOCAL E PRAZO E ENTREGA

5.1 Os materiais deverão ser entregues de forma total no **Setor de Almoxarifado** localizado na **Avenida Tancredo Neves – 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari – Rondônia – CEP: 76.860-000.**

5.2 O fornecimento dos materiais observará os prazos, locais e condições operacionais definidos neste Termo de Referência, de modo a assegurar o adequado atendimento às demandas da **Secretaria Municipal de Obras – SEMOB.**

5.3 O prazo de entrega dos materiais será de **15 (Quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, desde que a contratada apresente justificativa antes do vencimento do prazo de entrega previamente já estabelecido.

6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1 O recebimento dos materiais será realizado em conformidade com os arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, observando procedimentos de conferência técnica, quantitativa e documental, com vistas a assegurar que os produtos entregues atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2 **Recebimento Provisório:** O recebimento provisório será realizado pela equipe do Setor de Almoxarifado, mediante conferência inicial no ato da entrega, contemplando:

- Verificação da integridade das embalagens;
- Conferência dos quantitativos entregues conforme nota fiscal e ordem de fornecimento;
- Identificação visual de avarias, corrosões, deformações ou defeitos aparentes;
- Conferência da documentação fiscal e técnica apresentada pelo fornecedor.

6.3 O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do material, servindo apenas para registro inicial da entrega. Prazo para conferência inicial: até **05 (cinco) dias úteis** após entrega.

6.4 Após o recebimento provisório, será realizada análise técnica detalhada pela equipe da SEMOB ou responsável técnico designado, incluindo:

6.4.1 Conferência Quantitativa:

- verificação das quantidades por item;
- conferência por amostragem ou total, conforme volume entregue;
- comparação com pedido, nota fiscal e planilha de itens.





6.4.2 Conferência Qualitativa:

- a) verificação das especificações técnicas (bitola, dimensões, acabamento, tipo de aço);
- b) avaliação da resistência e acabamento dos materiais;
- c) verificação de conformidade com normas técnicas e catálogo do fabricante;
- d) análise de eventuais vícios aparentes ou ocultos.

Caso necessário, poderão ser solicitadas fichas técnicas, certificados ou laudos do fabricante. Prazo para análise técnica: até **10 (dez) dias úteis** após recebimento provisório.

6.5 Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo ocorrerá após aprovação técnica dos materiais, mediante emissão de termo de recebimento definitivo pelo fiscal do contrato ou responsável designado, atestando que:

- a) os materiais atendem às especificações técnicas;
- b) os quantitativos estão corretos;
- c) não há vícios aparentes ou irregularidades;
- d) a documentação fiscal está regular.

6.6 Somente após o recebimento definitivo será autorizado o pagamento da nota fiscal.

6.7 A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação formal, quaisquer materiais que apresentem:

- a) defeitos de fabricação;
- b) corrosão ou danos estruturais;
- c) divergência de especificação;
- d) quantitativos incorretos;
- e) vícios ocultos identificados após instalação.

6.8 A substituição deverá ocorrer com materiais novos e em conformidade com as especificações, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas.

6.9 As condições de recebimento estabelecidas garantem que os materiais adquiridos atendam às especificações técnicas, assegurando qualidade, segurança estrutural das pontes rurais e correta aplicação dos recursos públicos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento;
- b) Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento;
- c) Reparar, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes, no prazo máximo de 05 (Cinco) dias;
- d) Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento;
- e) Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, descarregamento, instalação e desinstalação dos materiais;





- f) Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência;
- g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência;
- h) Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência;
- i) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da entrega ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização;
- k) Executar a entrega do objeto deste Termo de Referência em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e com os rigores previsíveis em normas de regência e segurança;
- l) Cientificar o MUNICÍPIO do andamento da entrega, quando for o caso;
- m) A CONTRATADA se compromete a entregar os itens dentro do prazo estabelecido na comunicação neste Termo de Referência.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Acompanhar e fiscalizar a entrega por meio de preposto designado pelo titular da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência;
- b) Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA;
- c) Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados;
- d) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g) Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da entrega, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do que foi executado;
- h) Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares;
- i) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e penitenciários através dos documentos pertinentes;
- j) Permitir o acesso do pessoal do contratado ao local de execução da entrega;
- k) Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto neste Termo de Referência;
- l) Comunicar o licitante contratado qualquer modificação que ocorrer, como a quantidade a ser entregue ou eventual mudança de endereço (de entrega e/ou de instalação do objeto);
- m) Promover a fiscalização e conferência dos materiais entregues pelo contratado e atestar os documentos fiscais pertinentes, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos deste Termo de Referência.





9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

9.1 A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento do objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 162 da Lei 14.133 e suas alterações, dentre elas a suspensão do direito de licitar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

- a) A Contratada ficará sujeita, em caso de atraso na execução dos serviços ou fornecimento de bens e produtos, às penalidades previstas no ARTIGO 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal: a) Lei Federal nº 14.133/21 – Art. 90 § 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

9.2 Se a infração cometida se caracterizar de má-fé ou causar prejuízos ao abastecimento efetuado pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO, poderá esta impor àquela a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público ou propor à autoridade competente, a declaração de inidoneidade, pelo período de até 02 (dois) anos.

9.3 No caso de troca do produto na forma estabelecida nos subitens anteriores, a licitante assumirá a responsabilidade pelos custos de armazenagem, que incluem: transporte, carga, descarga, estocagem e movimentação, relativos ao período em exame, que deverão ser pagos pela licitante através da Guia de Arrecadação própria, emitida pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO.

9.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada até que seja atestado o novo recebimento do objeto contratado.

9.5 As multas são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo descontadas do respectivo pagamento, através da retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos valores apurados.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega, acompanhado da Nota Fiscal correspondente e após carimbo e assinatura do(s) responsável(is) pelo cumprimento do estágio de liquidação da despesa.

- a) A Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao e-mail: semob@candeiasdojamari.ro.gov.br;
- b) Caso a empresa seja domiciliada no Município de Candeias do Jamari PMCI/RO, deverá apresentar: Certidão Negativa de Débitos Municipais.

10.2 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus ao licitante vencedor.

10.3 A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto deste Termo de Referência estiver em total conformidade com as especificações.





10.4 Como condições para a continuidade do contrato, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

10.5 Caso a contratada tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração Pública.

10.6 Quando a empresa contratada não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho ou recusar-se a retirar a mesma injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando-se o disposto no subitem anterior.

10.7 Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.

10.8 Liquidação:

10.8.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.8.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do empenho e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução de entrega do objeto;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.8.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.8.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).





10.8.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.9 Forma de Pagamento:

10.9.1 O pagamento acontecerá em parcela única, realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.9.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.9.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.9.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na Nota fiscal, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.9.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.10 Reajuste

10.10.1 Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.10.2 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.10.3 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.10.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11 – DA FISCALIZAÇÃO

11.1 Fica a cargo do contratante, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização durante toda a execução do objeto contratado, bem como estabelecer parâmetro e diretrizes na execução, aplicando a contratada, nos termos da regulamentação própria, sanções cabíveis pelas infrações acaso verificadas, após devidamente apuradas.

11.2 A fiscalização será realizada, visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e pontualidade da execução e fornecimento do objeto contratado, podendo a Prefeitura tomar todas e quaisquer decisões, inclusive cancelamento da contratação, para assegurar a boa e adequada fornecimento do objeto contratado.





11.3 Na forma do que dispõe da Lei 14.133/2021 e alterações, será designado através de nomeação por Portaria ou Decreto, os ocupantes dos cargos de Fiscais desta Prefeitura Municipal para acompanhar a execução e fiscalizar o presente, o qual deverá registrar a entrega de todos os produtos/serviços, conferindo as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará a nota fiscal, para fins de pagamento.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária da entidade solicitante em 2026, disponibilizado no Sistema da Prefeitura por profissional responsável pela Coordenadoria de Orçamento e Planejamento – COORDEPLAN.

Ficha: 133

Unidade Orçamentária: 02.009– Secretaria Municipal de Obras - SEMOB

Função/Sub-Função: 4.122 – Administração/Administração Geral

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Programa: Destinação Recurso: 1.500.0000.0000 – Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências

13. RESPONSÁVEIS

Responsável Técnico: **OMAR BENICIO CARUTA**

Secretário SEMOB: **OSVALDO DE SOUSA**

14. CONCLUSÃO

14.1 Diante do exposto, conclui-se pela **VIABILIDADE** da aquisição de ferragens para reforma das pontes rurais do Município de Candeias do Jamari, garantindo segurança da população e continuidade dos serviços públicos.

15. ASSINATURAS

Responsável pela Elaboração do ETP

Nome: **JOSIAS RODRIGUES NERY POLONINI MARINATO**

Cargo: **Assessor Especial VI**

Matrícula: **13445**

Autorizado da Autoridade Competente pela Contratação:

Nome: **OSVALDO DE SOUSA**

Cargo: **Secretário Municipal de Obras**

Matrícula: **13652**





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **OSVALDO DE SOUSA**, CPF: 190.79*. **2-*4 em **23/02/2026 12:10:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1224.6W10.5436.722X.0220**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JOSIAS RODRIGUES NERY POLONINI MARINATO**, CPF: 139.61*. **2-*3 em **23/02/2026 12:08:10**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1267.0E08.310E.A56H.5880**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.2F5.1B6** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **JOSIAS RODRIGUES NERY POLONINI MARINATO**, CPF: 139.61*. **2-*3 , em **23/02/2026 - 12:08:10**

Código de Autenticidade deste Documento: 12R4.4308.8108.W74U.5058

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

